

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O Estado de São PauloClass.: 223Data: 06.08.85

Pg.: _____

Denunciada a demarcação ilegal**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O deputado João Batista Fagundes (PMDB-RR) defendeu ontem o "legítimo direito da propriedade privada" ao denunciar a demarcação ilegal da reserva indígena florestal gorotire/caiapó, cujos limites ultrapassaram as linhas previstas em decreto presidencial e ameaçam, segundo ele, destruir projetos do governo estadual e da iniciativa privada. Na sua opinião, a intransigência dos índios, que desde sexta-feira passada impedem a demarcação de sua área, deve-se à influência de funcionários da Funai, classificados pelo deputado como "gigolôs dos índios", e responsabilizou, finalmente, o diretor do Patrimônio Indígena, Reo de Araújo Faleiros, a antropóloga Cláudia Menezes e o sertanista Cláudio Romero.

Na reserva, cuja dimensão prevista pelo decreto atinge 3.239 mil hectares de terras, vivem cerca de dois mil indígenas, o que, para o deputado, representa "a hipertrofia do direito do índio". Na sua opinião, o nativo "apenas tem direitos e não deveres, tal como o concebe a Funai". Exemplificando, o parlamentar recordou a seqüência de favorecimentos governamentais na re-

serva, a despeito dos projetos de desenvolvimento assentados por iniciativa do governo estadual que acabaram atraindo empresários de várias partes do País: em 1945, através de decreto estadual, os índios gorotire/caiapó tiveram sua reserva delimitada em 898 mil hectares; o traçado foi modificado em 1961, por lei federal, que instuiu 1.750 mil hectares; depois, em 1978, a área cresceu para 2.738.085, e, por fim, este ano, estabeleceram-se 3.239 mil hectares "sem que os proprietários legais de terras açambarcadas pela nova reserva fossem ouvidos".

Assim, de acordo com o deputado, além do projeto integrado "trairão", do governador Jader Barbalho, mais de 70 mil hectares de terras tituladas e com proprietários legais passaram a ser "território indígena". Nele, incluem-se desde fazendas e empresas madeireiras até garimpos. O deputado desconfia que "interesses suspeitos" estejam orientando os índios a firmar uma posição irredutível e até impedir o mapeamento correto de sua reserva na linha seca dos pontos 15 e 16, a Leste da área estabelecida, onde estão o garimpo "Camaruzinho" e algumas glebas pertencentes à "Companhia de Terras da Mata Geral". Os gorotire/caiapó, segun-

do o deputado, sustaram os trabalhos de demarcação das equipes de cartografia do Exército e agora ameaçam estabelecer um novo traçado, aumentando a invasão sobre a companhia, incluindo na reserva novos garimpos do Projeto Cumaru.

Entre as empresas atingidas pela reserva, acrescentou o parlamentar, estão sete das dez maiores exportadoras de madeira e agropecuárias do Estado do Pará. É um prejuízo — afirmou — incalculável. Ele disse não ser contra os índios, mas insistiu quanto a uma demarcação "coerente" e compatível com as leis.

Os fazendeiros e empresários que investiram na região, garantiu, preferem a convivência pacífica com os índios. "Eu mesmo não sou inimigo dos índios", disse, observando, contudo, o clima de discórdia e tensão reinante depois da presença da Funai. "Em vez de proteger os índios", reiterou, "o órgão indigenista está criando problemas." Batista Fagundes enviou relatórios ao Ministério do Interior sobre a situação, mas reforçará sua posição ainda hoje na tribuna da Câmara Federal, de onde denunciará "a violação da propriedade privada no Pará".